

EFÍGIES DE D. AFONSO V – AS ASPIRAÇÕES IBÉRICAS DE UM DOS ÚLTIMOS CRUZADOS PORTUGUESES

Marcelo Augusto Flores Reis Da Encarnação*

A vida das populações de fronteira, no final da Idade Média, caracteriza-se por diversos momentos conturbados de guerra. Em jeito de introdução, enunciarei alguns conflitos que trouxeram problemas a nível de fronteira, entre Portugal e Castela, culminando na guerra civil castelhana, à qual dedicarei mais atenção. No séc. XIV, Afonso IV declarou guerra a Afonso XI de Castela por ultrajes feitos a D. Maria, mulher de Afonso XI e filha do rei português. Esta guerra que durou sensivelmente dois anos (1338-1340), explorou não só as fronteiras terrestres (Alentejo, Galiza) como também, de forma inovadora, abriu as hostilidades no mar (Andaluzia e Galiza). Muitas vezes, o flagelo das populações de fronteira, mais do que consequência de guerra, parece constituir a essência da própria guerra¹. Também o último quartel do séc. XIV é farto em conflitos. Três no reinado de D. Fernando e ainda a Batalha Real, travada em Aljubarrota, em 1385. Por via da orografia favorável, há três pontos de passagem terrestres na fronteira portuguesa: a norte, entre o Minho e a Galiza, a leste, entre a Beira e a Extremadura e, mais a sul, entre o Alentejo e a Andaluzia.

Muitos destes conflitos, ao serem matizados ao nível local, de fronteira, acabam por se afastar, muitas vezes, dos objectivos políticos subjacentes a tais manifestações bélicas, servindo para aprovisionamento dos contendentes e incutir o medo.

Embora a violência e as devastações fronteiriças sejam próprias do tempo de guerra, os períodos de paz mostram-nos bons exemplos de convivência pacífica

* Universidade do Porto/CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória).

¹ MARQUES, J., “Devastações biscainhas na quinta da Azóia”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, (1997), p. 193.

e amistosa a nível de fronteira, facilmente compreensíveis pelos aspectos sócio-religiosos (para o que contribuiu a dispersão de algum património português abrangido pelas dioceses castelhanas de Tui, Cidade Rodrigo e Badajoz) e sócio-económicos comuns (casamentos entre portugueses e castelhanos, comércio², pastos comuns³), só para dar alguns exemplos.

Sem prejuízo do disposto, a situação social nas coroas ibéricas em geral, a partir do séc. XIV, traduziu-se em intensos conflitos sociais, com a nobreza a tentar impor-se como grupo hegemónico, dando-se, ao mesmo tempo, a resposta da realeza, que tentou fortalecer as suas instituições; o número de efectivos no exército foi aumentando paulatinamente ao longo da baixa Idade Média. Castela não fugiu à regra, mas apresentou uma característica própria: ao conflito civil somou-se um conflito dinástico, tendo para isso contribuído, em parte, a personalidade de Henrique IV, que era mais dado às artes e não à disputa, preferindo negociar mesmo em momentos críticos, não obstante os dez primeiros anos do seu reinado terem sido bonançosos (1454-1464): foram conquistadas cidades aos mouros⁴, Henrique era tido em alta conta pelo papado, pelos reinos de Nápoles, Génova e Veneza e, por fim, e superando todas as expectativas, ia finalmente ter descendência da sua segunda esposa. A gravidez de D. Joana deixara, contudo, a corte perplexa. E por dois motivos. Primeiro porque a rainha era tida como leviana, demonstrando comportamentos pouco respeitáveis⁵, tal como o seu séquito português, contrários à conservadora corte castelhana; e segundo porque o rei era tido como enfermo, depravado, homossexual⁶ e impotente⁷. Perdiam grande

2 MARQUES, J., “Aspectos da vida de fronteira nos finais da Idade Média”, in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 1999, pp. 190-194.

3 DUARTE, L. M., “O gado, a fronteira, os alcaides das sacas e os pastores castelhanos”, in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 1999, p. 140.

4 PULGAR, F. del, *Claros Varones de Castilla*, Espasa-Calpe, Madrid, 1965, p. 17. VAL VALDIVIESO, M. I., *Isabel la Católica Princesa (1468-1474)*, Instituto “Isabel la Católica” de Historia Eclesiástica, Valladolid, 1974, p. 18.

5 Acerca do comportamento da rainha veja-se: PULGAR, F. del, *Crónica de los reyes Católicos*, Universidad de Granada, Granada, 2008, I, cap. III, pp. 16-17.

6 Há bastantes referências de Palencia acerca de Henrique IV, algumas das quais devemos interpretar com prudência. Fernando del Pulgar expõe o seguinte sobre Henrique: “Estou en aquella ciudad [Segóvia] apartado del rey su padre los más días de su menor edad, en los cuales se dió a algunos deleites que la mocedad suele demandar e a onestad deue negar” (p. 10); “Casó, seyendo príncipe, con la princesa doña Blanca [...], con la cual estouo casado por espacio de dies años, e al fin ouo diuorcio entre ellos por el defeto de la generación, que él imputaua a ella e ella imputó a él” (p. 11) – PULGAR, *Claros varones...*, 1965.

7 Vale a pena ler a curiosa sentença de divórcio, publicada no trabalho quase centenário: SITGES, J. B., *Enrique IV y la Excelente Señora*, Madrid, 1912, pp. 48-56. Se se quiser ir mais além, a condição clínica relacionada com a suposta impotência de Henrique foi abordada de forma decisiva por G. Marañón, *Ensayo biológico sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*, Madrid, 1930, tendo sido posteriormente reeditado e ampliado. Marañón chega à conclusão que Henrique IV era um eunucoide com displasias. Efectuadas então as análises possíveis aos testemunhos que chegaram até

parte da sua importância os infantes Afonso e Isabel. Após esse período, lutas intestinas afectam várias zonas de fronteira do maior reino ibérico: Extremadura, Galiza, Navarra e Aragão. Isto se apenas contemplarmos as fronteiras terrestres⁸.

Numa dança complicada que pretende adequar as relações internacionais à agitada política interna castelhana, Henrique IV tentou buscar alianças onde pôde, através de possíveis casamentos de Isabel (a sua meia-irmã), e de Joana (a filha que alguns garantiam ser ilegítima – boato lançado pelo marquês de Villena – e daí ter sido apelidada de *Beltraneja*). Afonso V de Portugal foi apenas mais uma delas.

Os Grandes de Castela tentaram servir-se dos infantes Afonso e Isabel na busca pelo poder, tal como se de joguetes se tratasse, camuflando os seus verdadeiros interesses. O facto de o soberano ter favorecido um sector emergente da nobreza não agradou a estas famílias mais consolidadas e, no seguimento de alguns momentos de maior tensão, tais como as cortes de Toledo de 1462 e os encontros de Cigales (Outubro de 1464), chegou-se a um ponto sem retorno: a elevação do infante Afonso a rei, no que ficou conhecido como a Farsa de Ávila, a 5 de Junho de 1465. O reinado do príncipe Afonso foi principalmente protagonizado por Juan Pacheco, Afonso Carrillo e Pedro Girón, tentando estes encarnar a legitimidade dinástica própria da monarquia, incluindo o cunhar de moeda, tendo o acto simbólico superado o seu valor facial, em regra, ao longo da história, uma vez que cunhar moeda era uma prerrogativa própria da monarquia. Com o destinar de Henrique IV e a eleição do infante Afonso pelos Grandes, pretendia-se constitucionalizar um sistema pactista, cujo intuito era limitar a autoridade régia e consolidar o poder da oligarquia nobiliária.

Não obstante o pequeno anti-rei ter morrido pouco depois, com apenas 14 anos, a guerra civil alastrou, tentando os Grandes manipular Isabel tal como o haviam feito com Afonso. A conduta controversa da rainha fez com que Henrique reconhecesse os direitos sucessórios de Isabel, prescindindo dos da Beltraneja. Como consequência, foi promulgado o pacto de Toros de Guisando (19 de Setembro de

nós, chegou-se à conclusão de que a impotência de Henrique, certa e comprovada, podia não ser total. Dado que se carece de dados para afixar num ou noutro sentido, Joana pôde ou não ter sido filha biológica de Henrique. Ainda no que diz respeito ao estudo de Marañón, foi também feita uma análise posterior a esta obra por vários especialistas, da qual resultou *Gregorio Marañón y Enrique IV*, Valladolid, 2000. Veja-se também ZURITA, J., *Anales da Corona de Aragón*, Institución Fernando el Católico, Zaragoza, Livro XVII, cap. LX.

⁸ Não posso deixar de fazer menção ao artigo do prof. Adão da Fonseca, no qual são dissecadas as zonas geo-estratégicas peninsulares desde o séc. XII, abordando os interesses dos vários reinos e demarcando zonas de fronteira terrestres e marítimas: FONSECA, L.A., “Horizonte castelhano no debate político em Portugal no final da Idade Média”, in *Jornadas de cultura hispano-portuguesa*, Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 1999, pp. 147-161.

1468). Com este acordo foram anulados todos os juramentos e disposições anteriores e Isabel foi jurada herdeira, recebendo o principado das Astúrias e casando com o aval do irmão. Este assunto tornou-se numa questão de interesse internacional. Além de Afonso V, houve pretendentes de França, Inglaterra e Aragão.

Isabel, independentemente das cláusulas do contrato se cumprirem ou não, interessava-lhe casar com Fernando de Aragão, o que efectivamente veio a acontecer a 19 de Outubro de 1469. Em reacção, Henrique revogou o pacto de Toros de Guisando, em Vale de Lozoya (26 de Outubro de 1470) e voltou a nomear Joana como legítima filha e herdeira dos seus reinos. Afonso V perdeu aparentemente o interesse em Isabel e concentrou-se nas suas empresas no norte de África. Só em 1472, depois do triunfo em Arzila, houve nova aproximação entre os monarcas castelhano e portugueses, tendo desta vez o primeiro proposto que Afonso V tomasse a mão da Beltraneja.

Após várias negociações goradas quanto ao casamento da Joana com Afonso V⁹, foi a morte do próprio rei castelhano e a exortação do marquês de Villena que colocaram em marcha a determinação afonsina de lutar pela sobrinha (a qual se tornaria esposa), defendendo a sua honra e direitos dos “tiranos opressores” Isabel e Fernando, mas não sem antes ter esbarrado com dificuldades no seu próprio conselho, as quais foram superadas pela incansável argumentação do príncipe D. João¹⁰.

O partido de Isabel tomou a dianteira, proclamando-se a mesma rainha ainda em Dezembro de 1474 e exigindo o juramento de fidelidade por parte das cidades. Processualmente, tal ascensão ao trono foi tornada real através da declaração de Segóvia, a 15 de Janeiro de 1475, tomando-se todas as precauções para impedir a apropriação do poder por parte dos aragoneses, separando as instituições, salvo algumas excepções, e havendo unidade somente no poder central. O tempo foi o principal aliado dos jovens monarcas, que assentaram a primeira fase do seu reinado em três aspectos fundamentais: restabelecer a ordem nas cidades, estabilizar o valor da moeda cunhada e convocar cortes, as quais não se puderam reunir devido à invasão portuguesa. Entretanto, a 25 de Fevereiro de 1475, Afonso V solicitou ajuda a Luís XI. Este pedido visava a cooperação política e militar do monarca francês.

O programa proposto por Isabel e Fernando agradava às cidades e a parte da nobreza, incluindo alguns dos Grandes. No plano internacional asseguraram os apoios de Inglaterra, Bretanha, Borgonha, Nápoles e da Santa Sé.

9 Cfr. PINA, R., *Crónica de D. Afonso V, Lello & Irmão*, Porto, 1977, cap. CLXXI, p. 827; Góis, D., *Crónica do Príncipe D. João*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1977, pp. 95-100.

10 PINA, R., *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLXXIII, p. 829.

O *Africano* preparou-se para invadir o reino vizinho, tomando todas diligências necessárias: por intermédio do embaixador Rui de Sousa, informou os Isabel e Fernando das suas intenções, o que legitimaria a sua intervenção militar, nomeou fronteiros, convocou cortes em Évora para pedir dinheiro para o exército, ratificou a nomeação de D. João como regente do reino (25 de Abril), fez testamento três dias depois e partiu para Castela, passando de Arronches para Codiceira, a 25 de Maio.

Não pretendo com este trabalho apresentar um estudo sobre numismática. Porém, na origem desta comunicação estão as moedas que D. Afonso V mandou cunhar em Toro, juntamente com o título de rei de Portugal, Castela e Leão, que manda inscrever nos seus documentos e selos, por volta de 27 ou 28 de Maio de 1475, em Plascencia. A 30 de Maio foi publicado o manifesto de D. Joana, no qual ela praticamente se limitou a defender-se dos ataques e a contra-atacar Isabel e Fernando, não apresentando verdadeiramente um programa de governo. Com a segurança que o tempo nos dá, esta terá sido uma cartada mal aproveitada pelo partido de Joana, apoiado por Portugal. Talvez houvesse algumas dúvidas no seio do mesmo partido acerca da exequibilidade do projecto? Por um lado o conselho português opôs-se a esta ideia, logrando (alguma) segurança nas garantias dadas pelos nobres castelhanos, por outro lado, alguns dos próprios partidários de Joana hesitavam.

Na sequência do casamento com a sobrinha e da publicação do manifesto, estavam reunidas as condições que permitiram a Afonso V oficializar e consolidar pela via diplomática o que já vinha fazendo por via das armas. O monarca português juntou às suas dignidades os títulos de rei de Castela, Leão, Toledo, Galiza, Sevilha, Córdoba, Múrcia, Jaén, Algeciras, Gibraltar, senhor de Biscaia e Molina, títulos que manda inscrever nos seus documentos, selos e moeda¹¹. Como resposta, os jovens monarcas intitularam-se reis de Portugal, como herdeiros de Beatriz, segunda esposa de João I de Castela¹².

É interessante ver como num período de 20 anos, quatro são os monarcas que cunham moeda no reino de Castela: Henrique IV, Afonso XII de Trastâmara, Afonso V e Isabel (e Fernando). Podemos assumir que Isabel e Fernando pretendiam

11 Estes títulos estão contidos na carta de D. Afonso V, datada de 5 de Janeiro de 1476, em Toro, em que institui seu herdeiro o príncipe D. João e por morte deste o seu neto, o infante Afonso. ANTT, gaveta 13, maço 10, nº 5, citado por REIS, P. B., *Moedas de Toro: estudo das moedas d'el Rey D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*, Lisboa, 1933, p. 70. Veja-se igualmente SOUSA, A. C., *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo II, Lisboa, 1742, p. 72 (nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Peixoto, Livraria Editora, Coimbra, 1947).

12 Podemos ver evidências disso em TORRE, A.; SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, Valladolid, 1963, pp. 84-85 e ainda em duas cartas que Isabel escreveu em Ávila, a 16 e a 20 de Junho de 1475: AGS. Sello 1475-VI, fols. 510-2º e 496, citado por SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Los Reyes Católicos. La conquista del trono*, Ediciones Rialp, Madrid, 1989, p. 125, nota 135.

estabilizar a moeda, queixa que já há largos anos vinha sendo feita pelos povos. Relembro que quando começou a revolta, em 1465, pareceram cunhagens falsas ou de muito baixa lei, levadas a cabo por alguns dos nobres rebeldes. Começou assim um período de forte depreciação e alteração monetária que se prolongaria até 1476¹³. Já o propósito dos Grandes em nome de Afonso¹⁴, e de Afonso V, foi diferente, pretendendo sobretudo a afirmação política e, em muito menor grau, económica¹⁵, tentando cada um, em sua época, substituir a moeda contra a qual concorria.

Ávila, Toledo, Burgos foram cidades onde se cunharam moedas com o título de Afonso XII: dobras de ouro, reais, meios reais de prata, quartilhos, meios quartilhos, dinheiros e brancas da banda. Devem considerar-se também as cidades de Múrcia, Sevilha, Medina del Campo, Palencia, Ciudad Real e Cuenca, mas com algumas reservas, havendo necessidade de mais estudos numismáticos¹⁶.

Isabel e Fernando mandaram cunhar moeda no mês de Maio de 1475, através da casa da moeda de Toledo, metal esse que tinha uma forte mensagem política. Um mês mais tarde, foi a vez de Sevilha seguir o exemplo e também bater moeda¹⁷.

No caso de Afonso V, as moedas em questão deverão ter sido batidas no curto período de um ano, entre Junho de 1475, após ter desposado a sobrinha e Junho

13 LADERO QUESADA, M. A., “La financiación de la guerra por la monarquía castellana – 1252-1515”, in *Revista de historia militar*, año LI, n.º extraordinario, (2007), pp. 31-33. Há alguns casos conhecidos como, por exemplo, o facto de García Osório, cavaleiro de Salamanca, ter petitionado a D. Fernando, favor contra Rodrigo Maldonado, alcaide de Monléon, onde se lavrava moeda falsa. Veja-se ainda DOMÍNGUEZ VALENCIA, J. F., *La guerra civil a la muerte de Enrique IV. Zamora, Toro y Castromunión*, Zamora, 1993, p. 99; e VAL VALDIVIESO, M. I., *Isabel la Católica Princesa...*, p. 27.

14 Houve escassa variação em tipo e peças relativamente às moedas de Henrique IV, o que demonstra a inclinação nobiliária para a estabilidade monetária, como forma também de serem pagos através de fundos reconhecidos. Cfr. CASTILLO CÁCERES, F., “Las monedas del príncipe Alfonso: 1465-1467”, in *Estudios sobre cultura, guerra y política en la corona de Castilla (siglos XIV-XVII)*, Consejo superior de investigaciones científicas, Madrid, 2007, p. 297.

15 Todavia, não é de descartar esta vertente, uma vez que em Abril de 1470, Afonso V escreveu aos juizes, oficiais e homens bons da cidade de Évora, uma “carta sobre o corregimento das moedas e de como eram baixas as de Castella”, na qual dá conta dos prejuízos que Portugal sofre, uma vez que a moeda boa portuguesa saía do reino, levada pelos castelhanos, os quais deixavam ficar com as suas transações uma moeda de menor valor. Cfr. *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, João II e Manuel I do Arquivo Municipal do Porto*, prefácio e notas de Artur Magalhães Basto, Câmara Municipal do Porto, Porto, docs. XVII, XXIX e XXXVI.

16 CASTILLO CÁCERES, F., “Las monedas del príncipe Alfonso: 1465-1467...”, p. 296.

17 Como refere o prof. Luis Suárez, “en estas monedas encontramos toda una reflexión política: Fernando e Isabel, coronados, se representaban en el anverso mirándose; estaban allí también las armas de Castilla, León, Aragón y Sicilia, colocadas bajo la protección del águila “de las que se figuran por San Juan Evangelista”, con la leyenda “bajo la sombra de tus alas protégenos, Señor”. Outras moedas, como o caso dos reais de prata, tinham o F e o Y entrelaçados sob a coroa e a legenda “el Señor es mi ayuda y no temo lo que me hagan los hombres”. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Los Reyes Católicos. La conquista del trono*, pp. 113-114.

de 1476, depois da saída de Toro, podendo extrapolar-se o dilatar deste marco até à entrega da praça a D. Fernando, em Setembro do mesmo ano. O facto de haver moeda em ouro pode explicar-se de duas formas: a primeira é por a campanha estar no início e não haver ainda despesas demasiado exigentes, permitindo a cunhagem da mesma e a segunda serve os propósitos político e económico, tentando substituir a moeda com a qual concorria, contribuindo para o prestígio do rei Africano. Porém, nada se conhece da legislação que deu origem a esta série¹⁸.

Nas ditas moedas aparecem duas cabeças de touro, visto o símbolo da vila ser um touro¹⁹, ladeando os escudos, com as armas de Portugal e de Castela e Leão. Porém, a maioria das moedas com as armas de Portugal e Castela e Leão não tem qualquer indicação do local do lavramento.

Vários elementos, contudo, contribuem para que se aponte a cidade de Toro como local de lavramento. Foi nessa cidade que Afonso V permaneceu mais tempo, teve a sua corte e nela estava a rainha e a maior guarnição militar. Esta ideia foi reforçada com a letra T encontrada neste conjunto numário²⁰, a qual foi substituindo o símbolo da cabeça de touro, possivelmente devido à difícil execução do mesmo²¹.

Da série de Toro conhecem-se 41 *reais grossos*, moeda de prata que também foi lavrada em Portugal. Estes têm representadas as armas de Leão e Castela no reverso e as de Portugal no anverso. Mesmo assim apresentam variações ao nível do número de castelos que figuram no escudo de Portugal, por um lado, e também quanto às armas de Castela, que ora se apresentam dentro de um escudo, ora cobrem toda a área da moeda, por outro. Há ainda variantes a nível das legendas e dos sinais.

18 REIS, P. B., *Moedas de Toro...*, pp. 56-60. Num artigo escrito mais de 50 anos depois, José Marques, referindo-se à recolha de prata das igrejas para custear a guerra com Castela, afirma que depois de recolhido este metal precioso – recolha ordenada a 15 de Dezembro de 1475, “as pratas aí recolhidas seguiriam [...] para a casa da moeda do Porto, onde seriam logo amoadadas com os cunhos de Castela, uma vez que a nova moeda se destinava a circular essencialmente neste reino, teatro das operações bélicas e das actividades políticas de atracção de partidários, desenvolvidas por Afonso V”. Porém, este investigador não apresenta outros dados que comprovem que as moedas em questão tenham sido cunhadas na casa da moeda do Porto. Cfr. MARQUES, J., “O príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela”, in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. I: D. João II e a política Quatrocentista*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, p. 207.

19 Já foi anteriormente buscada a origem no animal touro, demonstrado que para o topónimo Toro há a confusão com o animal touro. A origem etimológica da povoação deve vir de Vila Gotthoru → Villa Otoro → Villa Toro, com aférese por etimologia popular. Cfr. MENÉNDEZ PIDAL, R., *Manual de gramática histórica Española*, Madrid, 1925, pp. 172-173.

20 REIS, P. B., *Moedas de Toro...*, pp. 36-37.

21 REIS, P. B., *Moedas de Toro...*, p. 73.

Dos 41 exemplares, 29 têm no escudo de Portugal dez castelos, 6 têm quatro castelos, 4 têm seis castelos, uma moeda tem oito e outra tem doze. Este número apenas se fixou em sete no reinado de D. João II²². Quanto à legenda, os reais grossos apresentam duas soluções: título de rei de Castela ou título de rei de Castela e Leão.

Da série de Toro há ainda a registar três *meios grossos* ou *chinfrões*, servindo esta moeda de menor valor para trocos.

Conhece-se também um escudo (moeda de ouro), com quatro castelos e cabeças de touro a ladeá-los, cunhados com a maior qualidade e sem liga alguma, com os quais se procurou ganhar prestígio, simpatia e mais apoiantes para a causa de rei de Castela. Porém, quanto a este aspecto foi necessário que o monarca tomasse medidas específicas, uma vez que ia penetrando em Portugal moeda castelhana que tinha um valor manifestamente abaixo relativamente ao que estava marcado na face da moeda²³.

Há notórias diferenças estéticas entre as moedas cunhadas em nome de Afonso XII de Trastâmara e em nome de Afonso V. Nas do primeiro, não faltam quaisquer atributos régios, encontrando-se nas moedas do primeiro cavalos, leão ou a representação do monarca no trono. A diferença para o seu meio-irmão Henrique IV é que Afonso prefere o retrato heráldico ao retrato físico. Afonso quer passar uma imagem mais guerreira e menos cortesã. Daí que se represente em cavalo e não num trono. Há também a hipótese de esta representação querer mostrar o rei com valores iguais aos dos nobres, como se fosse mais um deles. No caso de Afonso V, as moedas de Toro têm quase sempre o escudo de Portugal no anverso e as armas de Leão e Castela no reverso²⁴.

Como Saul Gomes já referiu, não creio que Afonso V tivesse o futuro dos reinos ibéricos plenamente definido²⁵. Não obstante as suas acções militares tivessem o intuito de conduzir à anexação/união dos reinos, em três ocasiões diferentes, Afonso V decretou a sucessão do reino luso como pertencente ao infante Afonso, seu neto²⁶.

22 REIS, P. B., *Moedas de Toro...*, p. 62.

23 Trata-se da relação entre Henriques e Reais Brancos, em que os primeiros deveriam valer 340 reais brancos. Por determinação régia, e face à moeda do reino vizinho que entrava em pior qualidade, determinou o monarca que esses Henriques valessem apenas 200 reais brancos. Cfr. REIS, P. B., *Moedas de Toro...*, pp. 64-85.

24 Cfr. CASTILLO CÁCERES, F., "Las monedas del príncipe Alfonso: 1465-1467...", pp. 297-301 e REIS, P. B., *Moedas de Toro...*, pp. 91-100.

25 GOMES, S. A., *D. Afonso V: o africano*, Círculo de Leitores, Mem-Martins, 2006, p. 203.

26 12 de Maio de 1475, em Arronches; 5 de Janeiro de 1476, em Toro. Nesta, Afonso V é preemptório:

Contudo, o projecto afonsino esmoreceu quando percebeu que as forças prometidas não correspondiam aquelas de que dispunha na realidade, quer por exagero dos números previstos, quer por alguns destes contingentes terem sido travados nas suas próprias tenências. Assim, Afonso V não arriscou internar-se num território com inimigos para levantar o cerco a Burgos e com isso perdeu o apoio dos Stuñiga, facto que condicionou o seu núcleo duro de acção a Toro e à fronteira zamorana. Embora num primeiro momento a sorte tenha sorrido ao *Africano*, tendo-lhe sido oferecidas ou conquistadas praças como Arévalo, Toro, Castronuño, Cantalapiedra, Sieteiglesias, Zamora, etc., o esforço de guerra, por um lado e a orientação da política interna castelhana, por outro, apontaram um declínio que viria a ter o ponto de não retorno na ordália de Toro no início de Março de 1476.

Voltando às relações entre Afonso e Isabel, as posições eram difíceis para ambos os partidos: Afonso V não pôde contar com os homens de armas e o dinheiro que lhe prometeram e os isabelinos tinham apoios mas não tinham dinheiro. Tendo o primeiro chegado a Arévalo saído de Plasencia, no mês de Junho, estudou as opções possíveis: ou marchar e descercar Burgos, opinião secundada por Álvaro de Stuñiga, por cuja linhagem estava o castelo, ou flanquear pelo Douro. Como pela mesma altura João de Ulhoa ofereceu ao *Africano* a submissão de Toro, este esqueceu temporariamente as suas pretensões sobre Burgos. Na verdade, Afonso V não queria ser um mero instrumento da nobreza castelhana, como fora Henrique IV. Para esta, não importava quem fosse a cabeça do partido, desde que fizesse frente a Isabel e Fernando e, por conseguinte, à sua concepção de poder.

D. Fernando tomou providências e mandou chamar a sua infantaria biscainha e as mesnadas nobres para decidir tudo numa só batalha. O seu exército, inexperiente, indisciplinado e mal armado, foi pouco eficaz e consumiu preciosos recursos monetários do tesouro segoviano. Chegado a Toro a 22 de Julho, após uma marcha lentíssima, e enclausurado na cidade (uma vez que o castelo lhe era hostil), D. Afonso V recusou-se a dar batalha. Não houve outra solução senão fazer dispersar o exército. A ordália entre Toro e Zamora só se daria no ano seguinte, tendo o soberano português procedido com cautela, vacilando em internar-se num país onde havia muito menos vozes amigas do que aquelas com que contara.

O tão almejado apoio francês nunca chegaria e isto porque os emissários portugueses de regresso da corte francesa não compreenderam que a atitude que Luís XI tomasse dependeria da subjugação do partido castelhano-aragonês, tendo julgado o seu apoio incondicional. Tal não pode ser considerado até porque o arguto monarca tinha assinado pouco tempo antes outro tratado, no qual se estipulava

“Ao iffante dom Affonso... per que he declarado elle seer verdadeyro herdeyro e sobçessor destes regnos e nam outro filho ou filha que delle e da rainha dona joana ou doutra ao tempo de seu fallecimento fosse nado”; e a 8 de Março de 1476, já depois da derrota em Castro Queimado.

uma trégua com Fernando de Aragão, até 1 de Julho de 1476. Assim sendo, os embaixadores deram como incondicional o apoio de Luís, confundindo a palavra do monarca com o êxito da missão²⁷.

A estratégia da guerra teve, necessariamente, de mudar para o partido isabelino. Dividiram-se os esforços: Isabel ficou a vigiar Afonso V e Fernando partiu novamente para Burgos. Por outro lado, foi necessário fortalecer a disciplina do exército, por via da eliminação das unidades de infantaria, onde esta era dispensável, tendo a cavalaria e a artilharia a primazia²⁸. Houve também a resposta castelhana dentro das fronteiras portuguesas, com D. Francisco de Solís a conquistar Ouguela. Duas soluções se apresentaram para financiar o exército: a recolha da prata das igrejas²⁹, medida que também foi adoptada no reino de Portugal³⁰ e o quinto das navegações africanas, uma vez que se juridicamente Fernando e Isabel se titulavam reis de Portugal, então julgaram-se no direito de permitir as navegações privadas ao sul do cabo Bojador.

Em Julho de 1475, Afonso V via-se privado dos apoios de Rodrigo Teles Girón, já que este estava a ser assediado nas suas próprias terras, ao passo que Isabel e Fernando conseguem uma trégua com o reino de Granada.

De Arévalo, o rei português pensou inicialmente em fazer levantar o cerco a Burgos, passando por Peñafiel. Deviam reunir-se em Baltanás os dois corpos armados portugueses: o do conde de Penamacor e o de Afonso V. Porém, o esforço não foi correctamente coordenado e só num segundo assalto foi possível rechazar as 400 lanças do conde de Benavente, graças também à grande superioridade numérica. Estando somente a sessenta quilómetros de Burgos, não se compreende bem, hoje, porque é que Afonso V regressou a Peñafiel. Ao ter deixado esse bastião à sua sorte, Afonso V perdia o seu aliado mais importante. Caso tivesse seguido até Burgos, ou Valência, talvez a estratégia de Luís XI tivesse seguido outro curso. A onda de adesões ao partido dos jovens reis aumentou consideravelmente, deixando depauperadas as terras do marquesado de Villena e da ordem de Calatrava. Em Dezembro de 1475 foi a vez de Zamora se revoltar. Em Janeiro do ano seguinte, tanto Zamora, como Burgos passavam para o partido Isabelino. O facto de estes nobres não serem punidos por Isabel nem Fernando mas, ao invés, recompensados pelas perdas, foi um argumento demolidor e potenciou ainda mais a transição de grandes nobres de um partido para o outro.

27 SERRÃO, J. V., *Relações históricas entre Portugal e a França: (1430-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1975, pp. 101-102.

28 Fernando contratou um mestre artilheiro italiano para esse efeito, chamado Domingo Zacarias.

29 PULGAR, F. del, *Crónica de los reyes Católicos*, I, cap. XLV, pp. 143-146.

30 MARQUES, J., “O príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas...”, pp. 205-212.

Afonso V fez uma tentativa de recobrar Zamora, na qual estava Fernando, lançando cerco à cidade. Porém, as frígidas condições climatéricas e os reforços que estavam prestes a socorrer o castelo levaram Afonso V a retirar-se até Toro a 1 de Março de 1476.

Fernando perseguiu então o inimigo, o qual alcançou por volta do meio-dia. O *Africano* dispôs os seus homens para dar batalha, tendo esta começado ao fim da tarde. Cerca de três horas depois foi impossível continuar devido à escuridão e à intensa chuva que caía. O príncipe D. João desbaratou a az castelhana que se lhe opôs, ao mesmo tempo que o seu pai foi desbaratado pela elite do exército castelhano. D. João, porém, foi o único a permanecer em campo. Afonso V retirou até Castronuño e D. Fernando para Zamora. Ao início da manhã, o príncipe vencedor marchou até Toro, onde ainda se viviam momentos pouco serenos devido à incerteza do resultado da refrega. A batalha de Toro representou assim um fim inconclusivo no plano armado, mas o início do fim para as aspirações afonsinas, as quais haveriam de terminar com a queda das fortalezas estremenhas de Sieteiglesias, Cubillas, Cantalapiedra y Castronuño que tinham voz por Portugal e da fracassada viagem a França, enquanto Isabel e Fernando levaram a cabo a pacificação interior.

O último episódio bélico produziu-se quase três anos depois da batalha de Toro, em Fevereiro de 1479. O exército português comandado pelo bispo de Évora e que marchava em auxílio de Mérida foi derrotado. A partir daqui houve negociações mediadas por D. Beatriz, da casa de Bragança.

A paz entre os reinos foi firmada por óbvias razões de falta de apoios ao bando português, mas também por uma forte pressão interna, em Portugal. Em Maio de 1479, ao abrigo das Terçarias de Moura, D. Joana entra em clausura nas Clarissas de Santa Clara de Coimbra, tendo optado por seguir a vida religiosa. Por fim, foi assinado o tratado de paz, nas Alcáçovas, a 4 de Setembro de 1479, o qual foi confirmado a 6 de Março de 1480, em Toledo³¹. Na prática, tratou-se da revisão e actualização do tratado das pazes de Almeirim, de 1432, abordando também questões de navegação, o destino de Joana, o casamento dos infantes Afonso e da castelhana Isabel e, por último, os perdões outorgados.

1. BIBLIOGRAFÍA SELECCIONADA

1.1. Fontes:

Góis, D. de, *Crónica do príncipe D. João*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1977.

³¹ TORRE, A. Y SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. I, pp. 284-327.

PALENCIA, A. de, *Crónica de Enrique IV*, Atlas, Madrid, 1975.

PINA, R. de, *Crónica de D. Afonso V*, Lello & Irmão, Porto, 1977.

PULGAR, F. del, *Crónica de los Reyes Católicos*, Universidad de Granada, Granada, 2008, 2 vols.

1.2. Estudos:

ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A., “Una Divina Retribución: la batalla de Toro en la mentalidad castellana”, in *A guerra e a sociedade na Idade Média – actas das VI jornadas luso-espanholas de estudos medievais*, Vol. I, M^a. H. C. COELHO et al., coord., Batalha, 2009, pp. 35-55.

– “La guerra civil castellana y el enfrentamiento con Portugal (1475-1479)”, *La guerra civil castellana y el enfrentamiento con Portugal (1475-1479) – Biblioteca Virtual Mi*, 2006, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2009-12-13, <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/34693958761247208143679/index.htm>

AZCONA, T. de, *Isabel la Católica – estudio crítico de su vida y su reinado*, Biblioteca de autores cristianos, Madrid, 1993.

GOMES, S.A., *D. Afonso V: o africano*, Círculo de Leitores, Mem-Martins, 2006.

MARQUES, A. H. O., “A moeda portuguesa durante a Idade Média”, in *Ensaio de história medieval portuguesa*, Editorial vega, Lisboa, 1980, pp. 196-220.

MARTÍN, J.L., *Enrique IV de Castilla. Rey de Navarra, Príncipe de Cataluña*, Editorial Nerea, Madrid, 2003.

MENÉNDEZ PIDAL, R., “Introducción”, in *História de España*, MENÉNDEZ PIDAL, R., dir., Espasa-Calpe, Madrid, 1966, t. 14, pp. X-CXVI.

MORALES MUÑIZ, D. C., *Alfonso de Ávila, rey de Castilla*, Fundación duque de Alba, Ávila, 1988.

SALVADOR MIGUEL, N., “La visión de Isabel la Católica en los escritores de su tiempo”, in *Los Reyes Católicos y la monarquía de España: Museo del Siglo XIX, Valencia, septiembre-noviembre de 2004*, VALLEJO, L. coord., Madrid, Sociedade Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2004, pp. 239-256.

REIS, P. B., *Moedas de Toro: estudo das moedas D’El Rei D. Afonso V que têm as armas de Portugal, Castela e Leão*, Lisboa, 1933.

ROMERO PORTILLA, P., *Dos monarquías medievales ante la modernidad – relaciones entre Portugal y Castilla*, Universidade da Corunha, Corunha, 1999.

SÁEZ ABAD, R., *La batalla de Toro 1476 – la guerra de sucesión castellana*, Almena ediciones, Madrid, 2009.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Los Reyes Católicos. La conquista del trono*, Rialp, Madrid, 1989.

TORRE, A. y SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, III vols., Valladolid, 1963.

VAL VALDIVIESO, M. I., *Isabel la Católica, princesa (1468-1474)*, Instituto “Isabel la Católica” de historia eclesiástica, Valladolid, 1974.